

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTOS

“Santos Unida pela Saúde”

RESOLUÇÃO Nº 017/2011 – CMSS

O Conselho Municipal de Saúde de Santos – “Santos Unida pela Saúde”, de acordo com a Plenária Ordinária de Março/2011, realizada no dia 29 de março de 2011, na ATMAS, sito a Rua São Paulo, nº 047 Vila Belmiro Santos/SP, conforme chamada pública no Diário Oficial de Santos do dia 22/03/2011 (pág. 23) – item 6 da Pauta - após avaliação, deliberou e **aprovou** a Reformulação do Regimento Interno do CMSS.

Santos, 22 de agosto de 2011

LUIZ ANTONIO DA SILVA

Presidente do CMSS

REGIMENTO INTERNO

(Aprovado em plenária em 29/03/ 2011)

CAPÍTULO I

Do objetivo

Artigo 1º - O presente Regimento regulamenta as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Saúde de Santos – Santos Unida Pela Saúde (CMSS), previsto no artigo 183 da Lei Orgânica do Município e criado pela lei 752, de 08/07/91 e alterado pelas leis 1.185/92, 1398/95, 1.529/96, e, 2.005/02 e 2527/08.

CAPITULO II

Da definição

Artigo 2º - O CMSS é um órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo, consultivo, normativo e fiscalizador das ações de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Santos, tendo como tribuições básicas estabelecer, acompanhar, controlar e avaliar a Política Municipal de Saúde, inclusive seus aspectos econômicos e financeiros, além das funções previstas na Lei Federal 8142/ 90 e Lei Municipal 752/ 91. **§ único** - O CMSS consubstancia a participação da sociedade civil organizada na Administração da Saúde, como subsistema da Seguridade Social, propiciando seu controle social.

CAPITULO III

Das diretrizes básicas de atuação

Artigo 3º - O CMSS observará, no exercício de suas atribuições, prioridades emanadas da Constituição e das leis que regulamentam o SUS – Lei federal 8080/ 90, Lei federal 8142/ 90, Normas Operacionais em vigor, Resoluções do Conselho Nacional de Saúde, Lei Estadual 791/ 95, LeiOrgânica do Município e a legislação municipal que o criou, bem como suas alterações posteriores.

CAPITULO IV

Das competências e atribuições

Artigo 4º - Compete ao CMSS, observadas as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde de Santos:

- 1.** Deliberar, analisar, controlar, avaliar e fiscalizar sobre a gestão e a qualidade do SUS em Santos, articulando-se com os demais órgãos colegiados como os de seguridade e assistência social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, idosos, crianças e adolescentes e outros.
- 2.** Desenvolver propostas e ações, dentro do quadro de diretrizes básicas e prioritárias previstas na Lei, que venham em auxílio da implementação e consolidação do SUS Municipal.
- 3.** Estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde e divulgar as funções e competências do Conselho, seus trabalhos e decisões por todos os meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e locais das reuniões.
- 4.** Apoiar e promover a educação para o controle social. Constarão do conteúdo programático os fundamentos teóricos de Saúde, a situação epidemiológica, a organização do SUS, a situação de funcionamento dos serviços do SUS, suas políticas de Saúde, orçamento e financiamento.
- 5.** Aprovar a criação de comissões especiais permanentes ou temporárias, necessárias ao efetivo desempenho do CMSS.
- 6.** Definir diretrizes para a elaboração do Plano Municipal de Saúde e sobre ele deliberar, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços, e em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na Conferência Municipal de Saúde de Santos, envolvendo sua aprovação, controle, acompanhamento e avaliação.
- 7.** Participar na elaboração, apreciação e aprovação da proposta Orçamentária Anual da Saúde, segundo as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, observando o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes (art. 36 da Lei nº 8080/ 90) e de acordo com o Plano de Governo Municipal.
- 8.** Fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo Municipal de Saúde, os transferidos e próprios do Município, Estado e União no âmbito municipal.
- 9.** Propor critérios para programação e execução

financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde e destinação dos recursos.

10. Analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, acompanhadas do devido assessoramento, conforme determina a legislação vigente.

11. Ter acesso a todas as informações de caráter técnico, administrativo, econômico-financeiro, orçamentário e operacional, sobre recursos humanos, convênios, contratos e termos aditivos, de direito público e privado, que digam respeito à estrutura e pleno funcionamento de todos os órgãos públicos e privados e filantrópicos vinculados ao SUS.

12. Articular a integração das diversas instituições, entidades privadas e organizações afins, com o intuito de evitar-se a diluição de recursos e atividades na área de Saúde.

13. Acompanhar e avaliar os serviços de Saúde prestados à população pelos órgãos e entidades públicos, privados e filantrópicos integrantes do SUS, definindo critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços.

14. Estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de Saúde, pertinentes ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde e interesses prioritários da população.

15. Estabelecer critérios gerais de controle e avaliação do SUS, com base em parâmetros de cobertura, cumprimento das metas estabelecidas, produtividade, recomendando mecanismos para correção das distorções, tendo em vista o atendimento pleno das necessidades da população.

16. Solicitar aos órgãos públicos integrantes do SUS, a colaboração de servidores para participarem da elaboração de estudos, de assessoramento, no esclarecimento de dúvidas, para proferir palestras técnicas, participar das reuniões do CMSS ou ainda prestarem esclarecimentos sobre as atividades desenvolvidas nos órgãos a que pertencem.

17. Acompanhar a implementação das deliberações da Conferência Municipal de Saúde de Santos e as resoluções do Plenário do CMSS.

18. Estabelecer instruções e diretrizes gerais para formação dos Conselhos Locais de Unidade de Saúde, subordinados ao CMSS, bem como aprovar o seu Regimento Interno.

19. Aprovar as diretrizes e critérios de incorporação

ao SUS de serviços privados e ou pessoas físicas (art. 199 da Constituição Federal), de acordo com as necessidades de assistência à população e da disponibilidade orçamentária, a partir de solicitação embasada em parecer técnico emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como controlar e avaliar sua atuação, podendo, a qualquer tempo, determinar exclusões ou incorporações por não atendimento às diretrizes e critérios estabelecidos.

20. Avaliar e deliberar sobre contratos e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Municipal, Estadual e Federal.

21. Aprovar o regimento, a organização e as normas de funcionamento da Conferência Municipal de Saúde e convocá-la conforme a lei.

22. Estabelecer diretrizes e critérios operacionais relativos à localização e o tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados no âmbito SUS, tendo em vista o direito ao acesso universal às ações de promoção, proteção e recuperação da Saúde em todos os níveis de complexidade dos serviços, sob as diretrizes da hierarquização, regionalização, da oferta e demanda de serviços, conforme o princípio da equidade.

23. Deliberar sobre os programas de Saúde e aprovar projetos, encaminhando-os ao legislativo quando for o caso, propuser critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da Saúde.

24. Aprovar, encaminhar e avaliar a política para os Recursos Humanos do SUS no município.

25. Apreciar quaisquer outros assuntos que lhe sejam submetidos, que sejam de interesse do SUS.

CAPITULO V

Da composição

Artigo 5º - A representação no Conselho será paritária e tripartite, cabendo:

- a) 50% da representação aos usuários do SUS em relação ao conjunto dos demais segmentos com representação no CMSS;
- b) 25% da representação aos trabalhadores de saúde em relação ao conjunto dos demais segmentos com representação no CMSS;
- c) 25% de representação de governo, entidades ou instituições de prestadores de serviços públicos, filantrópicos e privados.

Artigo 6º - A composição do plenário será conforme Lei Municipal 752 /91, alterada pelas leis

1.185/ 92, 1.398/ 95, 11.529/ 96 e 2.005/ 02, devendo ser avaliada e podendo ser alterada apenas nas Conferências Municipais.

Artigo 7º - A cada titular corresponderá um suplente.

§ 1º - Os membros suplentes, quando presentes às reuniões do CMSS, terão assegurado o direito à voz, mesmo na presença dos titulares e somente direito a voto na ausência dos mesmos.

§ 2º - No caso de afastamento temporário de um dos membros titulares, automaticamente assumirá o seu suplente, com direito a voto.

Artigo 8º - Os membros titulares e suplentes do CMSS do segmento de usuários, trabalhadores de saúde e prestadores de serviço, serão escolhidos através de plenárias a serem realizadas com plena autonomia e ampla divulgação, convocadas e acompanhadas pelo CMSS em até 60 dias após a Conferência Municipal de Saúde.

§ 1º - É vedada a escolha de representação dos usuários, que tenham vínculo, dependência econômica ou comunhão de interesse com demais segmentos do Conselho (Lei estadual 791/ 95)

§ 2º - A ocupação de cargos de confiança ou de chefia que interfiram na autonomia representativa do conselheiro, deve ser impedimento da representação do segmento podendo, também, ser indicativo de substituição de conselheiro já eleito.

§ 3º - Os representantes de Instituição Pública serão indicados formalmente por seu titular.

§ 4º - A convocação será realizada através do Diário Oficial do Município, em 03 (três) etapas:
a) A primeira, com 30 (trinta) dias de antecedência;
b) A segunda, com 15 (quinze) dias de antecedência;
c) A terceira, com 07 (sete) dias de antecedência.

§ 5º - A convocação trará o local, a data e o horário para cada segmento e/ou grupo a ser eleito, conforme lei de composição do CMSS.

Artigo 9º - Os segmentos eleitos para o CMSS deverão indicar seus representantes mediante correspondência específica dirigida à Diretoria-Executiva do CMSS, no prazo de 15 dias, a contar da data de realização das plenárias onde foram eleitos, anexando a este, ata da plenária onde se definiu a indicação.

§ 1º - Os representantes titulares e respectivos suplentes terão a sua designação formalizada por ato do Prefeito Municipal, publicada em até 20 dias após a indicação por correspondência específica.

§ 2º - O CMSS eleito tomará posse na primeira

plenária ordinária subsequente a ser realizada após o término do prazo para indicação dos representantes, quando será eleita entre seus membros titulares a Diretoria Executiva, com mandato de 02 (dois) anos.

§ 3º - As entidades, movimentos e instituições indicadas para comporem o CMSS terão mandato de 02 (dois) anos, a contar da data de início da gestão do conselho, prorrogáveis até a posse dos novos conselheiros, caso necessário.

Artigo 10 - A renovação do CMSS dar-se-á a cada 02 (dois), após a realização da Conferência Municipal de Saúde.

§ 1º - O processo de renovação do CMSS deverá contar com amplas discussões e divulgação, envolvendo o conjunto de entidades e movimentos.

§ 2º - Não haverá impedimento à reeleição;

§ 3º - A instituição, entidade ou movimento poderá substituir seu representante titular ou suplente sempre que entender necessário ou por desistência do mesmo, mediante correspondência específica dirigida ao CMSS.

Artigo 11 - Será substituído do CMSS o membro que, sem motivo justificado deixar de comparecer a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas no período de 01 (um) ano, cabendo à entidade correspondente indicar outro representante. Os motivos de ausência devem ser enviados, por escrito, “a Diretoria Executiva, em até 48 horas após a realização da plenária, que os avaliará, juntamente com a Comissão de Ética, deliberando sobre sua aceitação.

§ 1º - Na hipótese de desistência ou na extinção de alguma entidade ou movimento, a sua substituição será feita através de plenária do segmento correspondente, convocada pelo CMSS com este fim.

§ 2º - Caberá à Diretoria-Executiva o controle da frequência e a comunicação às entidades e instituições representadas da ausência de seu representante, bem como do mérito das eventuais justificativas ouvidas a Comissão de Regimento e Ética.

Artigo 12 - A função do membro do CMSS não será remunerada, não dará direito a privilégios, sendo seu exercício considerado serviço relevante à população.

Artigo 13 - Os membros do CMSS devem representar o segmento a que pertencem (usuários, trabalhadores de Saúde e prestadores de serviços) prestando contas periodicamente de suas atividades a seu segmento e à sociedade.

CAPITULO VI

Da organização

Artigo 14 – O CMSS tem a seguinte organização:

- I. Plenária
- II. Diretoria-Executiva
- III. Comissões Especiais

Artigo 15 - A Plenária do CMSS é o órgão de deliberação plena e conclusiva, configurado pela reunião ordinária e extraordinária dos membros do Conselho, que cumpra os requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento.

Artigo 16 - O CMSS terá uma Diretoria-Executiva a ele subordinada, com a finalidade de coordenar as suas atividades.

Artigo 17 - São competências da Diretoria-Executiva:

- I. Convocar todas as reuniões ordinárias e extraordinárias da plenária do CMSS;
- II. Organizar a pauta das reuniões, encaminhando-a com antecedência aos membros do CMSS;
- III. Registrar as reuniões da plenária do CMSS em atas, onde devem constar os presentes e os faltosos, remetendo cópias das mesmas para os seus membros;
- IV. Dar ciência de todas as correspondências recebidas e expedidas;
- V. Coordenar todos os assuntos administrativos, econômicos, financeiros e operacionais, submetidos à apreciação e deliberação do CMSS, dentro de suas atribuições específicas;
- VI. Dar amplo conhecimento público de todas as atividades e deliberações do CMSS;
- VII. Dirigir, orientar e supervisionar os serviços administrativos do CMSS;
- VIII. Proceder ao encaminhamento e execução de todas as providências, recomendações e decisões tomadas pelo CMSS;
- IX. Representar oficialmente o CMSS;
- X. Outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo CMSS.

Artigo 18 - A Diretoria-Executiva do CMSS será formada por 08 (oito) membros, devendo ser paritário e tripartite, nos termos do artigo 5º deste regimento.

§ 1º - A Diretoria -Executiva será composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Primeiro- Secretário, Segundo-Secretário, e mais 04 (quatro) membros, todos eleitos nos termos do § 2º do artigo 9º deste regimento.

a) Para os cargos de Presidente e Vice Presidente é recomendável a não eleição de representantes de entidades governamentais ou prestadores de serviços públicos, conforme resolução

do CNS.

b) No caso de substituição do Conselheiro que exerça cargo na Executiva, assumirá o cargo vacante seu substituto imediato; precedendo-se, em seguida, eleição pela plenária de um novo substituto (suplente), exceção feita aos cargos de Presidente e Vice Presidente, que quando forem substituídos, por suas entidades, simultaneamente, deverá haver nova eleição pra preenchimento destes cargos.

§ 2º - A Diretoria-Executiva reunir-se-á ordinariamente a cada 15 (quinze) dias, e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente do CMSS, pela Plenária ou mediante decisão da maioria de seus membros.

§ 3º - Os coordenadores das Comissões Especiais deverão participar das reuniões quando os assuntos tratados forem de sua competência. Ocasão em serão oficialmente convocados.

§ 4º - As regras de frequência estabelecidas no artigo 11º aplicam-se às reuniões da Diretoria executiva e das Comissões especiais.

§ 5º - Apenas os membros da Diretoria-Executiva, ou conselheiro (s) por ela indicado (s) podem falar em nome do CMSS

Artigo 19 - O presidente do CMSS será o coordenador da Diretoria-Executiva.

§ único – Os representantes da SMS na Diretoria-Executiva serão indicados pelo Secretário Municipal de Saúde.

Artigo 20 - A SMS proporcionará ao CMSS as condições para o seu pleno e regular funcionamento e lhe dará o suporte técnico-administrativo necessário, através da seção de apoio ao Conselho, definida na Lei municipal complementar 542/05, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos e entidades nele representados:

§ 1º - O CMSS disporá de instalação adequada para seu funcionamento, contendo sala com telefone, aparelho de fac-símile, microcomputador e impressora, acesso à internet, máquina copiadora, mobiliário e demais equipamentos e materiais de consumo necessários.

§ 2º - Os recursos orçamentários destinados ao CMSS serão gerenciados pela Diretoria-Executiva.

§ 3º - O CMSS contará com o apoio da Assessoria Jurídica e/ou outros técnicos da SMS para respaldar suas ações.

Artigo 21 - A Plenária contará com Comissões Especiais, permanentes ou temporárias, criadas e estabelecidas pelo CMSS, sendo regidas por este Regimento, com a finalidade de atender as suas

necessidades de funcionamento, articular políticas e programas de interesse para a Saúde e outros assuntos relevantes.

§ 1º - A constituição de cada Comissão Especial será estabelecida em resolução própria e deverá estar embasada na explicitação de suas finalidades, objetivo, componentes, coordenação, atribuições e demais regras que identifiquem claramente a sua natureza.

§ 2º - As Comissões Especiais serão compostas exclusivamente por membros do CMSS, através de deliberação da Plenária do CMSS, devendo apresentar relatórios periódicos conclusivos à Diretoria-Executiva, que os distribuirá a todos os membros titulares e suplentes e pautará os assuntos de relevância.

§ 3º - Os membros de cada Comissão Especial escolherão o seu coordenador que será o seu representante junto à Diretoria - Executiva e à Plenária.

§ 4º - Não há impedimento à acumulação de funções em mais de uma Comissão Especial, inclusive na Diretoria-Executiva, sendo recomendável que cada conselheiro participe ao menos de uma Comissão Especial, e em não mais que duas.

§ 5º - As Comissões Especiais poderão solicitar a participação de profissionais especializados para subsidiar a sua atuação.

§ 6º - O Plenário do CMSS definirá o prazo de duração das atividades das Comissões Especiais temporárias, podendo decidir por sua prorrogação.

Artigo 22 - O CMSS contará com as seguintes Comissões Especiais de caráter permanente:

- I. Comissão de Orçamento e Finanças;
- II. Comissão de Avaliação e Controle dos Serviços de Saúde;
- III. Comissão de Políticas de Saúde;
- IV. Comissão de Regimento e Ética;
- V. Comissão de Implantação de Programas e Projetos para a Saúde do Município;
- VI. Comissão de Eleição dos Conselhos Locais de Saúde;
- VII. Comissão de Saúde Mental;

Artigo 23 - A Comissão de Orçamento e Finanças terá composição tripartite e paritária, sendo formada, no mínimo, por 02 (dois) membros representando o segmento dos usuários, 01 (um) membro representando os trabalhadores da Saúde e 01 (um) membro representando os prestadores de serviços, eleitos pela plenária.

§ 1º - A Comissão de Orçamento e Finanças deverá reunir-se mensalmente para avaliação das

prestações de contas referentes ao Fundo Municipal de Saúde, repasses financeiros efetuados pela Prefeitura, Estado, União e outros organismos financiadores do SUS em Santos, com base no Plano Municipal de Saúde, em Relatórios de Gestão e outros documentos fornecidos pela SMS, e/ou solicitados pela mesma.

§ 2º - A Comissão de Orçamento e Finanças poderá solicitar auxílio às outras Comissões Especiais, principalmente as de caráter permanente, para subsidiar as análises necessárias.

§ 3º - A Comissão de Orçamento e Finanças elaborará relatório mensal a fim de ser submetido, a cada trimestre, à apreciação e deliberação plenária do CMSS.

§ 4º - Compete ainda à Comissão a elaboração de relatório para apreciação e deliberação da Plenária sobre o balancete financeiro do exercício anterior até o dia 31 de julho de cada ano.

§ 5º - A SMS indicará técnicos com o objetivo de prestar as informações necessárias ao trabalho desta Comissão Especial.

§ 6º - Os representantes da Prefeitura e da SMS ficam impedidos de ocupar a representação dos prestadores de serviços nesta Comissão.

Artigo 24 - A Comissão de Avaliação e Controle dos Serviços de Saúde, cuja composição será paritária e tripartite, exercerá, sem prejuízo da atuação de outros órgãos do Poder Público Municipal e da sociedade, a fiscalização, bem como avaliação do desempenho, da qualidade e da resolutividade das ações e dos serviços de Saúde.

§ 1º - No exercício de suas funções a Comissão poderá desenvolver estudos, pesquisas e promover visitas às unidades de Saúde para verificação das condições de trabalho e da qualidade do atendimento, incluindo o direito de acesso a todas as dependências, informações e documentos, exceto aos prontuários médicos, observando as normas administrativas e ético-legais.

§ 2º - A Comissão de Avaliação e Controle dos Serviços de Saúde será formada por membros titulares e suplentes designados pela plenária do CMSS.

Artigo 25 - A Comissão de Políticas de Saúde terá composição tripartite e paritária, sendo formada no mínimo por 02 (dois) membros representando o segmento dos usuários, 01 (um) membro representando os trabalhadores da Saúde e 01 (um) membro representando os prestadores de serviços, designados pela plenária do CMSS e terá por função participar do processo de formulação,

análise, avaliação e controle das políticas e programas de Saúde no âmbito do SUS em Santos.

§ 1º - A implantação de novos programas, projetos, ações e serviços pela SMS devem ser submetidos à apreciação da Comissão, que formulará parecer para posterior deliberação do Plenário do CMSS.

§ 2º - A reestruturação, interrupção ou fechamento de programas, projetos, ações e serviços pela SMS também deve ser submetida à apreciação da Comissão, que formulará parecer para posterior deliberação da Plenária do CMSS.

Artigo 26 - A Comissão de Regimento e Ética terá composição paritária e tripartite sendo formada por no mínimo 04 (quatro) membros, podendo ser titulares ou suplentes, designados pela plenária do CMSS. Esta comissão tem como finalidade acompanhar e avaliar todo o processo éticolegal-administrativo de formação e funcionamento do CMSS, identificando problemas e propondo soluções. Compete à comissão:

1. Analisar as justificativas de faltas dos conselheiros;
2. Julgar as questões éticas relativas ao exercício do mandato dos conselheiros, apresentando relatório conclusivo à Diretoria- Executiva;
3. Analisar as questões relativas ao funcionamento do CMSS, nos aspectos regimentais e legais, propondo as soluções que se fizerem necessárias, para mantê-lo sempre adequado ao que determinam as leis do setor, as decisões das conferências municipais de saúde e seu próprio regimento;
4. Fazer alterações que se fizerem necessárias no Código de ética do Conselheiro e submetê-las à aprovação da plenária.

Artigo 27 - Comissão de Implantação de Programas e Projetos para a Saúde do Município.

§ 1º - No exercício de suas funções a Comissão poderá desenvolver programas e projetos à serem encaminhados para a Secretaria Municipal de Saúde – SMS para viabilização do mesmo e quando possível ao Ministério da Saúde – MS para implantação do mesmo. Ficará responsável também pela análise dos cadastros das entidades sem fins lucrativos que tenha programas voltados à área de saúde no Município de Santos;

Artigo 28 - Comissão de Eleição dos Conselhos Locais de Saúde.

§ 1º - No exercício de suas funções poderá realizar eleições em todas as unidades de saúde do Município de Santos, ficando responsável pelo recebimento das Atas expedidas mensalmente

por esses conselhos, e organizando a logística e controle do funcionamento dos mesmos.

Artigo 29 - Comissão de Saúde Mental.

§ 1º - No exercício de suas funções a Comissão poderá fiscalizar periodicamente ou quando necessária todas as unidades voltadas aos pacientes da Saúde Mental, bem como, todos os programas e projetos para esses pacientes, emitindo pareceres para aprovação em plenárias do CMSS.

Artigo 30 - As Comissões Permanentes e Especiais deverão emitir relatórios mensais à Diretoria-Executiva 01 (uma) semana antes das reuniões ordinárias da plenária do CMSS, de forma a serem demonstrados em plenária.

§ 1º - As Comissões deverão informar à Diretoria-Executiva sobre seu cronograma de atividades para que possa ser divulgado junto aos interessados;

§ 2º - As Comissões, ao emitir ofícios e relatórios, deverão fazê-lo em 02 (duas) vias e em impressos próprios do CMSS, garantindo o arquivamento da documentação junto à Secretaria Geral do CMSS;

§ 3º - As Comissões deverão informar a Diretoria-Executiva sobre a saída de seus membros para que a mesma pautar a substituição nas reuniões da plenária do CMSS.

CAPITULO VII

Do funcionamento

Artigo 31 - A Plenária do CMSS reunir-se-á no município em reuniões ordinárias, com periodicidade mensal convocada pela Diretoria-Executiva, ou extraordinariamente, quando convocada na forma regimental.

§ 1º - O Conselho reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes, quando houver:

- a) Convocação formal da Diretoria-Executiva;
- b) Convocação formal de 1/3 (um terço) de seus membros titulares;
- c) Convocação formal do Presidente do CMSS;
- d) Convocação formal do Secretário Municipal de Saúde.

§ 2º A pauta da reunião ordinária constará de:

- a) Discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- b) Informes dos Conselheiros e apresentação de temas relevantes para o conhecimento da plenária;
- c) Ordem do dia constando dos temas previamente definidos;

SANTOS 30 de agosto de 2011

DIÁRIO OFICIAL DE

A PRODESAN, Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A, torna pública as convocações abaixo, referentes ao Processo Seletivo **01/09** e **01/10**, para comparecer ao Departamento de Recursos

Humanos da Prodesan, sito à Praça dos Expedicionários nº 10, Santos/SP, no prazo de 03 dias úteis

a contar da data da primeira publicação deste, para tratar de assunto relacionado as suas contratações:

NOME CARGO CLASS

JOSÉ CARLOS MENEZES BASTIDES AUXILIAR OPERACIONAL 85º

TAMIRES SILVA DE FREITAS AUXILIAR DE LIMPEZA 356º

Esclarecemos que a insistência do não comparecimento implicará na desclassificação no referido

Processo Seletivo.

Santos, 26 de agosto de 2011.

WALDEMAR WASHINGTON NOGUEIRA

Diretor Administrativo - Financeiro

**EXTRATO DE RESCISÃO DE TERMO DE
COMPROMISSO DE CONCESSÃO DE AUXILIO
FINANCEIRO A ATLETA**

TERMO DE RESCISÃO Nº 452/2011. **PROCESSO**

Nº500.048/2011. **PARTES:** Fundação Pró-Esporte de Santos e a (o) atleta FABIO LUIZ PIRES

OBJETO: Rescindir o Termo de Compromisso de Concessão de Auxilio Financeiro nº 421/2011 **ASSINATURAS:** pela Fundação Pró-Esporte de Santos, o seu Diretor Presidente, sr. ROGÉRIO SAMPAIO CARDOSO, e a(o) atleta FABIO LUIZ PIRES, em 06 DE JULHO DE 2011.

WANISE BARREIRO CAMILO

Diretora Administrativo-Financeiro da FUPES

**EXTRATO DE RESCISÃO DE TERMO DE
COMPROMISSO DE CONCESSÃO DE AUXILIO
FINANCEIRO A ATLETA**

TERMO DE RESCISÃO Nº 458/2011. **PROCESSO**

Nº500.051/2011. **PARTES:** Fundação Pró-Esporte de Santos e a (o) atleta WIRLEY MALINI DE CASTRO **OBJETO:** Rescindir o Termo de Compromisso de Concessão de Auxilio Financeiro nº 56/2011 **ASSINATURAS:** pela Fundação Pró-Esporte de Santos, o seu Diretor Presidente, Sr. ROGÉRIO SAMPAIO CARDOSOS, e a(o) atleta WIRLEY MALINI DE CASTRO, em 15 DE JULHO DE 2011.

WANISE BARREIRO CAMILO

Diretora Administrativo-Financeiro da FUPES

**EXTRATO DE RESCISÃO DE TERMO DE
COMPROMISSO DE CONCESSÃO DE AUXILIO
FINANCEIRO A ATLETA**

TERMO DE RESCISÃO Nº 454/2011. **PROCESSO**

Nº500.068/2011. **PARTES:** Fundação Pró-Esporte de Santos e a (o) atleta TARCISIO VALDEVINO

BARBOSA **OBJETO:** Rescindir o Termo de Compromisso de Concessão de Auxílio Financeiro nº127/2011 **ASSINATURAS:** pela Fundação Pró-Esporte de Santos, o seu Diretor Presidente, Sr. ROGÉRIO SAMPAIO CARDOSO, e a(o) atleta TARCISIO VALDEVINO BARBOSA, em 06 DE JULHO DE 2011.

WANISE BARREIRO CAMILO

Diretora Administrativo-Financeiro da FUPES

EXTRATO DE RESCISÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DE CONCESSÃO DE AUXILIO FINANCEIRO A ATLETA

TERMO DE RESCISÃO Nº 460/2011. PROCESSO

Nº500.126/2011. **PARTES:** Fundação Pró-Esporte de Santos e a (o) atleta MICHAEL RIBEIRO

DE LIRA **OBJETO:** Rescindir o Termo de Compromisso de Concessão de Auxílio Financeiro nº 419/

2011 **ASSINATURAS:** pela Fundação Pró-Esporte de Santos, o seu Diretor Presidente, Sr. ROGÉRIO SAMPAIO CARDOSO, e a(o) atleta MICHAEL RIBEIRO DE LIRA, em 15 DE JULHO DE 2011.

WANISE BARREIRO CAMILO

Diretora Administrativo-Financeiro da FUPES

EXTRATO DE RESCISÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DE CONCESSÃO DE AUXILIO FINANCEIRO A ATLETA

TERMO DE RESCISÃO Nº 456/2011. PROCESSO

Nº500.053/2011. **PARTES:** Fundação Pró-Esporte de Santos e a (o) atleta RENATA MACHADO

ALVES **OBJETO:** Rescindir o Termo de Compromisso de Concessão de Auxílio Financeiro nº 237/

2011 **ASSINATURAS:** pela Fundação Pró-Esporte de Santos, o seu Diretor Presidente, Sr. ROGÉRIO SAMPAIO CARDOSO, e a(o) atleta RENATA MACHADO ALVES, em 15 DE JULHO DE 2011.

WANISE BARREIRO CAMILO

Diretora Administrativo-Financeiro da FUPES

EXTRATO DE RESCISÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DE CONCESSÃO DE AUXILIO FINANCEIRO A ATLETA

TERMO DE RESCISÃO Nº 458/2011. PROCESSO

Nº500.057/2011. **PARTES:** Fundação Pró-Esporte de Santos e a (o) atleta ALEXANDRE TAVARES DOS

SANTOS **OBJETO:** Rescindir o Termo de Compromisso de Concessão de Auxílio Financeiro nº 259/

2011 **ASSINATURAS:** pela Fundação Pró-Esporte de Santos, o seu Diretor Presidente, Sr. ROGÉRIO SAMPAIO CARDOSO, e a(o) atleta ALEXANDRE TAVARES DOS SANTOS, em 15 DE JULHO DE 2011.

WANISE BARREIRO CAMILO

Diretora Administrativo-Financeiro da FUPES

EXTRATO DE RESCISÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DE CONCESSÃO DE AUXILIO

FINANCEIRO A ATLETA

TERMO DE RESCISÃO Nº 457/2011. PROCESSO

Nº500.045/2011. **PARTES:** Fundação Pró-Esporte de Santos e a (o) atleta NAILLA LETICIA

VICTORIANO **OBJETO:** Rescindir o Termo de Compromisso de Concessão de Auxílio Financeiro nº

396/2011 **ASSINATURAS:** pela Fundação Pró-Esporte de Santos, o seu Diretor Presidente, Sr. ROGÉRIO

SAMPAIO CARDOSO, e a(o) atleta NAILLA

LETICIA VICTORIANO, em 15 DE JULHO DE 2011.

WANISE BARREIRO CAMILO

Diretora Administrativo-Financeiro da FUPES

FUNDAÇÃO PRÓ-ESPORTE DE SANTOS - FUPES

EXTRATO DE ADITIVO

CONTRATO nº 027/2010, cujo objeto é a realização de serviços de auditoria e expedição de

pareceres, conforme Normas de Auditoria Normalmente Aceitas, no Balanço Patrimonial e Demonstrações

Financeiras. Processo nº 0268/2010. **Termo de Aditivo ao Contrato:** nº 032/2011.

Partes:

Companhia de Habitação da Baixada Santista - COHAB-ST e SACHO AUDITORES INDEPENDENTES S/

C. **Objeto:** Prorrogar o prazo contratual por 12 (doze) meses. **Data da assinatura:** 18/08/2011. **Assinaturas**

: Pela COHAB-ST o Diretor-Presidente, Engº Helio Hamilton Vieira Junior e o Diretor Administrativo

e Financeiro, Sr. Jeferson Novelli de Oliveira, e pelo contratado o Sr. Hugo Francisco Sacho.

ENGº HELIO VIEIRA

DIRETOR-PRESIDENTE

COMPANHIA DE HABITAÇÃO

DA BAIXADA SANTISTA -

d) Deliberações;

e) Definição da pauta da reunião seguinte;

f) Encerramento.

1º Os informes e apresentação de temas não comportam discussão e votação, somente esclarecimentos breves. Os Conselheiros que desejarem

apresentar informes devem inscrever-se logo

após a leitura e aprovação da ata anterior

2º Para apresentação do seu informe cada

conselheiro inscrito disporá de 5 minutos

improrrogáveis. Em caso de polêmica ou necessidade de deliberação, o assunto deverá passar a

constar da ordem do dia da reunião ou ser pautado

para a próxima, sempre a critério do Plenário;

3º A definição da ordem do dia, partirá da

relação dos temas básicos aprovada anualmente

pelo Plenário, dos produtos das comissões, das

indicações dos conselheiros ao final de cada Reunião

Ordinária;

4º Sem prejuízo do disposto no ' 3º deste artigo,

a Secretaria Executiva poderá proceder a seleção de temas obedecidos os seguintes critérios:

- a) Pertinência (inserção clara nas atribuições legais do Conselho);
- b) Relevância (inserção nas prioridades temáticas definidas pelo Conselho);
- c) Tempestividade (inserção no tempo oportuno e hábil);
- d) Precedência (ordem da entrada da solicitação).

§ 2º - A Plenária do Conselho reunir-se-á com a presença da maioria simples de seus membros, considerando-se os suplentes que estiverem substituindo os titulares, sendo as atividades dirigidas pelo presidente do Conselho ou conselheiro por ele indicado.

§ 3º - O Conselho deliberará por maioria simples dos conselheiros presentes nas matérias gerais, considerando os suplentes em exercício, devendo os assuntos debatidos serem votados em aberto.

§ 4º - Fica assegurado a cada um dos participantes das reuniões do Conselho o direito de se manifestar sobre o assunto em discussão, porém, uma vez encaminhado para votação o mesmo não poderá ser discutido no seu mérito, na mesma reunião.

§ 5º - Cada membro terá direito a 01 (um) voto e a votação será nominal, sendo proibido o voto através de procuração.

§ 6º - As reuniões serão públicas.

§ 7º - Caberá ao presidente do Conselho o voto de desempate.

Artigo 32 - As matérias encaminhadas ao Conselho para apreciação, seja pelo gestor municipal ou pela sociedade civil, devem ser encaminhadas às Comissões Especiais permanentes ou especiais para parecer.

§ 1º - Sendo necessária a criação de Comissão Especial temporária, deve ser pautada sua criação na reunião subsequente a data de entrada da matéria no Conselho.

§ 2º - As matérias encaminhadas devem apresentar todas as informações necessárias para análise, podendo a Comissão solicitar outras informações ou pareceres técnicos se necessários.

§ 3º - As matérias pertinentes às Comissões Especiais só poderão ser pautadas mediante parecer das mesmas, dentro de prazo previsto pela comissão e estipulado na plenária, observandose o tempo necessário para avaliação da mesma com qualidade.

Artigo 33 - Cabe à Diretoria-Executiva a preparação

de cada reunião plenária, com documentos e informações disponíveis, inclusive destaque aos pontos recomendados para deliberação, com os pareceres das respectivas Comissões Especiais, estando disponíveis aos conselheiros pelo menos uma semana antes da reunião, sem o que não poderão ser votados.

Artigo 34 - Os assuntos tratados e as deliberações tomadas em cada reunião devem ser consubstanciados em resoluções e registradas em Ata, contendo as posições majoritárias e as posições minoritárias com seus respectivos votantes.

§ 1º - As decisões do Conselho que tenham caráter normativo e que impliquem na adoção de medidas administrativas da alçada privativa da SMS deverão ser homologadas pelo Secretário Municipal de Saúde e publicadas no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após sua aprovação em plenário.

§ 2º - Na hipótese de não homologação pelo Secretário Municipal de Saúde, a matéria deverá retornar ao Conselho na reunião seguinte, acompanhada de justificativa e proposta alternativa, se de sua conveniência. O resultado da deliberação do Plenário será novamente encaminhado ao Secretário para homologação e publicação, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da aprovação em plenário.

§ 3º - Na não homologação, em permanecendo o impasse, o Conselho Municipal de Saúde de Santos, com aprovação de sua plenária, poderá representar ao Ministério Público.

§ 4º - O presidente do CMSS deverá fazer publicar as deliberações da Plenária do CMSS.

Artigo 35 - Nas atas das reuniões deve constar, no mínimo, o número de conselheiros presentes, um resumo dos informes, breve relato dos temas abordados na pauta e debates, destacando as deliberações tomadas, registrando o número de votos contra, a favor e abstenções, inclusive quanto à aprovação da ata da reunião anterior com as retificações solicitadas.

§ 1º - Os conselheiros devem receber cópia das atas aprovadas.

§ 2º - Os pareceres e resoluções aprovadas, como também a lista de presença devem ser anexados à ata, fazendo parte integrante da mesma, e sendo arquivada no Conselho, ficando à disposição dos interessados.

Artigo 36 - Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho poderá, através de seus órgãos integrantes, convidar para participar de suas

reuniões e atividades, pessoas, instituições e entidades, desde que diretamente envolvidas no assunto que estiver sendo tratado.

§ único - Consideram-se colaboradores do CMSS as instituições de ensino e pesquisa, as formadoras de Recursos Humanos para a Saúde, as entidades representativas de profissionais e usuários do serviço de Saúde e Organizações Não Governamentais, sem embargo de sua condição de membros.

CAPITULO VIII

Das disposições gerais

Artigo 37 – Os casos omissos deste Regimento serão resolvidos pelo CMSS em reunião plenária com aprovação de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes.

Artigo 38 – Cabe ao poder público municipal tomar as medidas necessárias para a efetivação das decisões do CMSS.

Artigo 39 – Este Regimento entrará em vigor a partir de sua aprovação pela plenária do CMSS e deverá ser publicado no Diário Oficial do Município